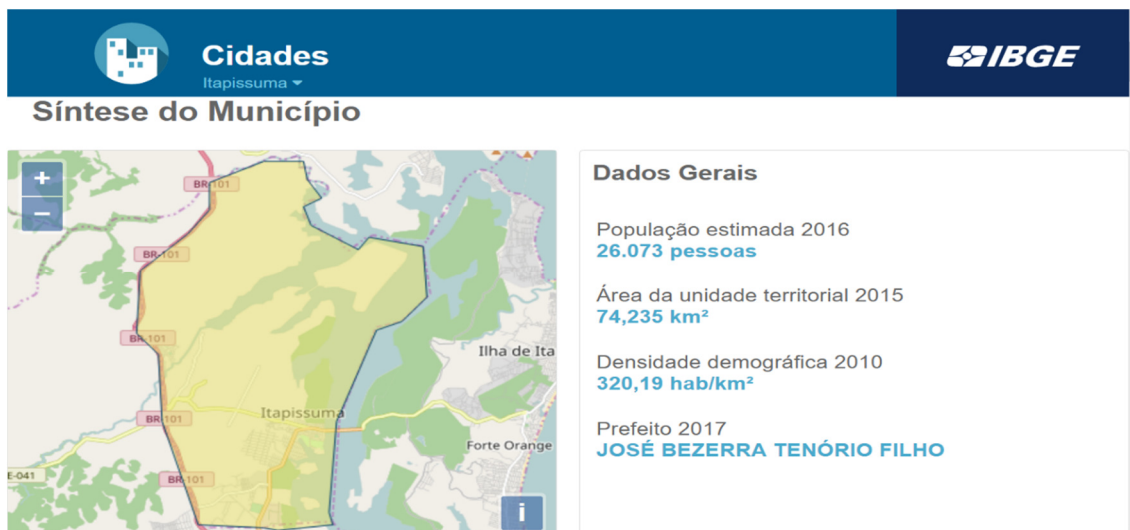




Notas Explicativas

1. Informações Gerais

O Município de Itapissuma, dotado de personalidade jurídica, funciona como Administração Pública em Geral através do CNPJ nº 08.637.399/0001-28, tendo sua estrutura e organização situado à **Rua Manoel Lourenço, 16, Centro, Itapissuma, PE, CEP 53700-000.**



2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª Edição e demais disposições normativas vigentes.

Todos os registros contábeis do exercício de 2016 foram executados através de sistema informatizado, fornecido pela Systema Informática – Empresa de Processamento de Dados e adequado ao novo PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Crítérios de Depreciação: para o exercício em exame não foram realizadas depreciações nos ativos desse Balanço de 2016.

Crítérios de Mensuração de Ativos: os ativos estão avaliados pelo custo de aquisição ou produção, não tendo sido adotado para o Balanço de 2016 critérios de reavaliação a valor justo ou valor de mercado.



Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário previsto no art. 102 e no anexo 12 da Lei Federal 4.320/64 apresenta as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento em confronto com as receitas arrecadadas e as despesas executadas, respectivamente. A partir do confronto entre as receitas executadas com as estimadas, é possível avaliar o desempenho da arrecadação no exercício em questão. Quando confrontadas as despesas executadas com as autorizadas, é possível analisar as despesas da administração mediante a autorização legislativa que orientou os gastos e também a ação do gestor. O confronto das diferenças entre as receitas previstas e as despesas fixadas, bem como entre as receitas e despesas executadas, permite o conhecimento do resultado orçamentário: superávit (receita maior que despesa) ou déficit (despesa maior que a receita).

Quadro Principal do Balanço Orçamentário

O quadro principal apresentará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas serão apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também será utilizada complementarmente à classificação por natureza. As receitas deverão ser informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, descontos, retificações, deduções para o Fundeb e repartições de receita tributária entre os entes da Federação, quando registradas como dedução, conforme orientação da Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO).

Análise do Resultado Apurado

O total de receitas previstas para o período (orçamento original) foi de **R\$ 92.850.000,00**. Contudo, com a estimativa de excesso de arrecadação de algumas receitas. Já a arrecadação atingiu a importância de **R\$ 78.227.588,76**, contando com um déficit de arrecadação de **R\$ 14.622.411,24**, o que representa **15,75%** da receita prevista.

O total das despesas fixadas para o período (orçamento original) foi de **R\$ 92.850.000,00**. De forma que, com a abertura de créditos adicionais, o orçamento da despesa atingiu o montante de **R\$ 1.080.000,00**, tendo finalizado o ano com valores empenhados na importância de **R\$ 78.205.857,95**, obtendo assim uma economia de dotações no valor de **R\$ 15.724.142,05**, que representa uma economia de **16,74%** do total de créditos que o orçamento da despesa atingiu.

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios Extra-Orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.



Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. No entanto, uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público. Da mesma forma, a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento.

Portanto, a análise deve ser feita conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando os fatores mencionados e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentárias.

A discriminação por fonte / destinação de recurso permite evidenciar a origem e a aplicação dos recursos financeiros referentes à receita e despesa orçamentárias.

Definições

Receitas e Despesas orçamentárias ordinárias: Compreendem as receitas e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Receitas e Despesas orçamentárias vinculadas: Compreendem as receitas e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte / destinação de recursos. As fontes / destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas: Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

Recebimentos Extraorçamentários: Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, por exemplo:

- a) ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e
- b) inscrição de restos a pagar

Pagamentos Extraorçamentários: Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, por exemplo:



a) relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentárias (ex. devolução de depósitos); e

b) restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício Seguinte: Compreendem os saldos dos recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Elaboração do Balanço Financeiro

Será elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

a) Classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;

b) Classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas) para as Transferências Financeiras Concedidas;

c) Classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas) para as Transferências Financeiras Recebidas;

d.) Classe 5 (Orçamento Aprovado) para a Inscrição de Restos a Pagar; e

e) Classe 6 (Execução do Orçamento) para a Receita Orçamentária, Despesa Orçamentária e Pagamento de Restos a Pagar.

Os Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários) se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios.

As receitas e despesas orçamentárias deverão ser segregadas quanto à destinação em ordinárias e vinculadas. Deverão ser detalhadas, no mínimo, as vinculações à educação, saúde, previdência social (RPPS e RGPS) e seguridade social. Como a classificação por fonte / destinação de recursos não é padronizada para a Federação, cabe a cada ente adaptá-la à classificação por ele adotada, criando uma linha para cada fonte / destinação de recursos existente.

Recomenda-se que as vinculações agrupadas nas linhas Outras Destinações de Recursos não ultrapassem 10% do total da receita ou despesa orçamentária.



Análise do Resultado Apurado

A análise e a verificação do Balanço Financeiro tem como objetivo predominante preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira. Tal demonstrativo parte do saldo inicial de 2016 (ou final de 2015) e demonstra a entrada e saída de recursos financeiros, bem como suas equivalências, até chegar no saldo final disponível em bancos conta movimento e aplicações, ao término de 2016.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b) os recebimentos e os pagamentos extra-orçamentários;
- c) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária.

	Valores (R\$ 1,00)
Receitas Orçamentárias	78.227.588,76
(+) Transferências Financeiras Recebidas	16.355.110,27
(+) Recebimentos Extraorçamentários	15.163.809,29
(-) Despesa Orçamentária	78.205.857,95
(-) Transferências Financeiras Concedidas	14.328.697,30
(-) Pagamentos Extraorçamentários	15.457.542,02
= Resultado Financeiro do Exercício	1.754.411,03

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) deste Manual.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

O Balanço Patrimonial é composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c) Quadro das Contas de Compensação (controle); e



d) Quadro do Superávit / Déficit Financeiro. O Balanço Patrimonial permite análises diversas acerca da situação patrimonial da entidade, como sua liquidez e seu endividamento, dentre outros.

Critérios contábeis:

Os valores listados nas contas de dívida ativa R\$ **13.149.121,03**, que pertencem ao Ativo Permanente, encontram-se atualizados com multas e juros até a data do balanço (31/12/2016), e estão assim compostos:

Créditos Não Previdenciários Inscritos..... R\$ 4.447.613,80
Créditos Previdenciários Inscritos..... R\$ 8.701.507,23
Total.....R\$ 13.149.121,03

Durante o exercício de 2016 foram incorporados ao patrimônio diversos bens móveis e imóveis, conforme despesa de capital com investimentos, por exemplo, as despesas empenhadas nas naturezas 4.4.90.51 – Obras e instalações e 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente.

ATIVO	2016	%	2015	%
ATIVO CIRCULANTE	23.853.382,63	55,17	21.370.814,03	62,69
ATIVO NÃO CIRCULANTE	19.383.162,17	44,83	12.718.817,26	37,31
TOTAL	43.236.544,80	100%	34.089.631,29	100%

PASSIVO	2016	%	2015	%
PASSIVO CIRCULANTE	14.424.826,10	33,36	14.001.583,56	41,08
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	24.244.669,29	56,07	144.459.650,35	423,76
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.567.049,41	10,57	-124.371.602,62	-364,84
TOTAL	43.236.544,80	100%	34.089.631,29	100%

Detalhamentos das Variações Qualitativas da DVP

Houve incorporação de ativos no exercício 2016 no valor de R\$ 1.208.380,79.

Houve desincorporação de passivos no exercício 2016, no valor de R\$ 647.190,51